



INFORME BNDES

NOTICIÁRIO PARA DIVULGAÇÃO POR JORNAIS, REVISTAS, EMISSORAS DE RÁDIO E DE TELEVISÃO E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DE TODO O PAÍS

Aprovados os primeiros créditos para armazenagem comunitária

O BNDES aprovou os dois primeiros financiamentos no âmbito da Linha de Ação para Apoio Financeiro à Armazenagem Individual e Comunitária, recentemente criada, que beneficia pequenos produtores rurais. O valor global dos créditos é de Cz\$ 593,3 milhões.

Santa Catarina receberá Cz\$ 408,19 milhões, com os quais instalará 50 armazéns comunitários; 400 paióis de milho com capacidade para 300 sacas; 400 paióis de milho com capacidade para 700 sacas; e 30 paióis de cebola. O crédito para o Paraná foi de Cz\$ 185,11 milhões, para instalação de 25 armazéns comunitários; 420 paióis de milho com capacidade para 250 sacas; 280 paióis de milho para 400 sacas; e 35 sequeadores comunitários.

A Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá, no Paraná, recebeu também um financiamento do BNDES no valor de cerca de Cz\$ 92 milhões para ampliar sua capacidade de armazenagem, que passará das atuais 30 mil para 70 mil toneladas, com a construção de um armazém na cidade paranaense de São Jorge do Ivaí.

Ainda no Paraná, dois empreendimentos do setor pecuário obtiveram apoio financeiro do BNDES. A Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. receberá um crédito de cerca de Cz\$ 64 milhões para construir aviários no município de Castro. E o Frigorífico New Arm será beneficiado com um financiamento de Cz\$ 170 milhões para instalar na rodovia PR-323 uma unidade industrial destinada à produção de derivados de carne suína e bovina. A Cooperativa vai adquirir equipamentos para abrigar 30 mil matrizes poedeiras e para incubação de 3,3 milhões de ovos por ano. E a unidade a ser operada pelo New Arm terá capacidade de produção de 5 mil toneladas/ano.

BNDESPAR começa a prestar serviços de privatização a outras estatais

A BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), utilizando a experiência adquirida na condução de processos de privatização de empresas ligadas ao Sistema BNDES, está-se estruturando para cooperar com outras entidades do Governo que venham solicitar o seu apoio neste sentido. Para isto, a subsidiária do BNDES criou uma Divisão Operacional para assuntos de privatização.

— Esta nova divisão irá traba-

lhar em perfeito compasso com as instituições privadas, tanto aquelas ligadas ao mercado financeiro quanto as que elaboram estudos relativos à transferência de controle de companhias — informa o diretor da BNDESPAR Sérgio Zendron.

A nova atribuição da BNDESPAR, que conta com o apoio do Conselho Federal de Desestatização, não significa concorrência

com o setor privado, esclarece Zendron:

— Queremos apenas auxiliar na superação de problemas que podem surgir nesses processos, como, por exemplo, os de ordem jurídica ou trabalhista.

A BNDESPAR já acertou a sua colaboração no processo de privatização da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), ligada ao Sistema Siderbrás.

Márcio Fortes sugere privatização da Copesul

Em palestra feita em Porto Alegre, na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Márcio Fortes, preconizou a privatização da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), lembrando que a Petroquisa, que detém a maioria das ações da empresa, não tem recursos para investir no seu crescimento. “A Copesul precisa crescer, e isso só poderá ocorrer se passar para a iniciativa privada”, disse Márcio Fortes. Os empresários presentes aplaudiram a idéia e declararam-se dispostos a participar do processo de privatização da Copesul se a sugestão for aceita.

— O objetivo da Petrobrás (controladora da Petroquisa) é pesquisar e explorar petróleo. A empresa en-

trou no setor petroquímico num momento histórico em que isto foi necessário por não haver disponibilidade de recursos do setor privado. E hoje a Petrobrás está sem recursos necessários até para investir em petróleo, o seu objetivo fundamental — explicou Márcio Fortes, ressaltando que estas dificuldades não significam demérito algum para a estatal, que em 15 anos multiplicou por 30 o volume de petróleo extraído.

Márcio Fortes confirmou que o BNDES pretende privatizar, no prazo máximo de um ano, todas as empresas que ainda mantêm sob seu controle: Cia. Guataparã de Papel e Celulose (Celpag), Mafersa S.A., Companhia de Celulose da Bahia (CCB), Caraíba Metais, Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor), Usi-

minas Mecânica S.A. e Companhia Brasileira do Cobre (CBC).

A experiência do BNDES na área de privatizações tem sido tão bem-sucedida, acrescentou, que recentemente a Siderbrás contratou os serviços do Banco para coordenar e administrar o processo de privatização da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi).

Convidado pela Federação e pelo Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Márcio Fortes fez uma palestra para os empresários gaúchos sobre o Plano Estratégico do BNDES para o triênio 88-90, na qual explicou a diretriz central do estudo — “a integração competitiva do Brasil na economia mundial”.

Sete empresas candidatam-se à compra do controle da Celpag

Sete empresas enviaram à BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a documentação necessária à qualificação para a compra do controle acionário da Companhia Guataparã de Celulose e Papel (Celpag). Os candidatos qualificados deverão apresentar suas ofertas de preço no dia 9 de maio, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Apresentaram documentos as seguintes empresas: S.A. Indústria Votorantim; Ripasa S.A. Celulose e Papel; Companhia de Força e Luz Caguazues-Leopoldina; SADE — Sul

Americana de Engenharia; Companhia Paulista de Ferro-Ligas; Cotia Comércio, Importação e Exportação; e Albatroz S.A. (Grupo Safra).

O controle acionário da Celpag será transferido pela BNDESPAR à iniciativa privada através da venda de um lote de 4.769.533.470 ações ordinárias, equivalentes a 66,7% do capital votante e a 53,63% do capital total. A subsidiária do BNDES poderá continuar detendo 33% do capital total da empresa até o término da implantação do projeto industrial da empresa, previsto para 1991, quando desinvestirá esta participação em bolsa de valores. O Banco, por sua

vez, poderá financiar a conclusão dos investimentos através de suas linhas de crédito para o setor de papel e celulose.

Localizada no município de Luiz Antônio, comarca de São Simão, em São Paulo, a Celpag fabrica, comercializa, importa e exporta celulose e papel. Além disso, faz exploração comercial de florestas, através de sua subsidiária Celpag Florestal S.A. Quando o projeto estiver totalmente instalado, a empresa terá capacidade para produzir 500 toneladas/dia de celulose e 250 toneladas/dia de papel.

BNDES financia produção integrada de arroz, peixe e suínos no São Francisco

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a concessão de um financiamento (com recursos do Finsocial) de Cz\$ 723,74 milhões que beneficiará centenas de pequenos produtores rurais, produtores organizados em 18 condomínios suinícolas e três associações de pequenos produtores do Baixo e Médio São Francisco.

Os recursos serão empregados na produção integrada de arroz, suínos e peixe, aproveitando áreas irrigadas pelas águas do rio São Francisco em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Além de ampliar a renda dos colonos o projeto vai possibilitar o aumento do consumo de proteínas por parte da população da região.

Será financiada a instalação de três "maternidades suínas", uma fábrica de ração, 18 condomínios suinícolas e três patrulhas mecanizadas. O crédito será em-

pregado ainda na implantação de 30 unidades de produção de leitões e apoio a 366 pequenos produtores do Baixo São Francisco.

A implantação de condomínios suinícolas na região é fruto da experiência do BNDES em Santa Catarina, por onde o Banco iniciou com grande sucesso o apoio financeiro a esse tipo de atividade.

O projeto a ser instalado no Nordeste está sendo coordenado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Deverá produzir por ano 9.950 toneladas de arroz, 730 toneladas de peixes (pacu, curimatã e carpa) e 2,26 mil toneladas de carne suína.

Do financiamento, um terço será liberado a fundo perdido (não reembolsável); os dois terços restantes deverão ser pagos em dez anos, com três de carência, a juros de 8% ao ano.

Nova proposta para ação de fomento no Nordeste

O Grupo Permanente de Consulta da Sudene, que tem a participação dos órgãos públicos ligados ao desenvolvimento do Nordeste, reuniu-se pela primeira vez na sede do BNDES, no Rio. Na reunião, foram discutidos os meios para possibilitar um fluxo mais efetivo de recursos das agências oficiais de fomento para a região. Foi ainda apresentada a nova proposta de ação de fomento do Sistema BNDES no Nordeste, que visa ampliar o volume de recursos a serem aplicados.

À reunião, presidida pelo diretor do BNDES Ivandro Cunha Lima, estavam presentes o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, José Pereira e Silva; o vi-

ce-presidente de operações do Banco do Brasil, Paulo Rubens Mandarino; e o diretor da Sudene Antonio Carlos Frota. Participaram também dos trabalhos os diretores do BNDES Rômulo Almeida e Carlos Lessa.

Segundo o documento, uma das metas do Sistema BNDES hoje é a fixação, em relação ao Nordeste, de uma estratégia para promoção do desenvolvimento mais próximo da industrialização apoiada nos setores de tecnologia avançada, ao invés do "mero aproveitamento de vantagens comparativas com base na indústria tradicional intensiva em mão-de-obra e voltada para o mercado regional".

Cosigua recebe Cz\$ 670 milhões para aumentar produção

A Companhia Siderúrgica Guanabara (Cosigua) recebeu um financiamento de cerca de Cz\$ 670 milhões do BNDES para aplicar na instalação de um alto-forno a carvão vegetal que vai aumentar a produção de ferro-gusa em 120 mil toneladas/ano e gerar 250 novos empregos. A empresa, localizada no Rio de Janeiro, ampliará sua produção anual das atuais 500 mil toneladas para 620 mil.

Integrante do grupo Gerdau, a Cosigua espera eliminar problemas de obtenção de matéria-pri-

ma (sucata) com a instalação do equipamento a carvão vegetal, que também reduzirá os custos e a dependência de energia elétrica. A tecnologia a ser empregada foi desenvolvida no Brasil.

O grupo Gerdau é o maior grupo privado do País no setor siderúrgico. Responsável por 9,2% da produção nacional de aço e 37,5% de produtos não laminados comuns, tem empresas no Sul, Nordeste e Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Minas moderniza indústria têxtil

Financiamento de cerca de Cz\$ 640 milhões foi concedido pelo BNDES à Companhia Industrial Belo Horizonte (CIBH), uma empresa que atua desde 1906 no mercado têxtil nacional. O crédito destina-se a apoiar o programa de expansão e modernização das unidades industriais da companhia localizadas em Belo Horizonte, Pará de Minas e Pe-

dro Leopoldo.

A CIBH atua principalmente no segmento de tecidos de algodão. Seus principais produtos são cambráias, tecidos de fantasia e tecidos atalhados. A empresa coloca cerca de 92% de sua produção no mercado interno, mas tem uma tradição de mais de 20 anos de operações com o exterior.



INFORME BNDES

Noticiário produzido e editado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Sistema BNDES.

Assessoria de Comunicação do Sistema BNDES — ASCOM
Av. Chile, 100 — 12º andar — CEP 20139 — Rio de Janeiro — RJ
Telefones: 277-7181/277-7182/277-7191/277-7192/277-7264/277-7096/
277-7802 — Telex: (21) 32189/30447

Assessoria de Divulgação em Brasília-DF (para o Norte e o Centro-Oeste)
End.: Edifício BNDES — Setor Bancário Sul — Conj. 1 — Bloco E —
13º andar — CEP 70070
Tel.: 255-8214 — Telex: (61) 1190

Assessoria de Divulgação em São Paulo-SP (para SP e Região Sul)
End.: Av. Paulista, 460 — 12º e 13º andar — CEP 01310
Tel.: 251-5055 — Telex: (11) 35568

Assessoria de Divulgação em Recife-PE (para o Nordeste)
End.: Rua do Riachuelo, 105 — 7º andar — CEP 50000
Tel.: 231-0013/231-0410/231-0200 — Telex: (81) 2016

Apoio ao turismo em Goiás, Alagoas e Pernambuco

Empenhado em incentivar a indústria turística, o BNDES aprovou a concessão de financiamentos para a instalação de hotéis nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Goiás. O Banco concedeu crédito de aproximadamente Cz\$ 120 milhões à Empresa Brasileira de Hotelaria e Turismo Ltda. para a instalação de um hotel com 48 apartamentos na praia de Porto de Galinhas, na localidade pernambucana de Ipojuca. Na Praia do Mirante da Sereia, em Maceió, se-

rá construído um hotel de 80 apartamentos pela empresa Enseada Hotéis e Turismo Ltda., com apoio financeiro do BNDES no valor de Cz\$ 152 milhões. E em Cachoeira Dourada, Goiás, a Companhia Hoteleira Beira Rio construirá um hotel de 156 apartamentos com o apoio financeiro de cerca de Cz\$ 233 milhões, aprovado pelo BNDES. Os três créditos foram concedidos com recursos do Programa de Operações Conjuntas (POC), uma das linhas de crédito do BNDES.

Biomatrix conclui laboratório de biotecnologia com recursos do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou a concessão de um financiamento de cerca de Cz\$ 95 milhões à Biomatrix S.A., subsidiária da Agrocere. Os recursos serão aplicados na complementação e expansão do laboratório de biotecnologia vegetal da empresa, instalado em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro. O projeto é pioneiro no Brasil.

O empreendimento já havia sido apoiado pelo BNDES com um financiamento de aproximadamente Cz\$ 130 milhões (a preços atuais), concedido em junho de 1986.

A empresa deu início à produ-

ção em escala industrial de sementes e mudas no ano passado, com o atendimento dos contratos de fornecimento de mudas matrizes (eucalipto, batata-semente, plantas ornamentais e fruteiras de clima temperado). Seus principais clientes em 1987 foram a Renar e a Portobello, produtoras de maçã em Santa Catarina; a Cooperativa Vinícola Aurora, produtora de uva no Rio Grande do Sul; e a Cooperativa Holambra, que cultiva plantas ornamentais em São Paulo.

As técnicas de cultura empregadas pela Biomatrix garantem produtos com grande homogeneidade genética e sem agentes

patogênicos. O projeto conta com a colaboração de técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto Superior de Agronomia Luiz de Queiroz e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O projeto da Biomatrix é considerado prioritário pelo BNDES, juntamente com os de áreas de tecnologia de ponta como as de química fina, microeletrônica, informática e novos materiais. A biotecnologia é essencial para a modernização da agricultura, por possibilitar a obtenção de mudas e sementes de alta qualidade.

BNDESPAR subscreve aumento de capital da Chocolates Vitória

A Chocolates Vitória S.A. (Chovisa) está aumentando seu capital em Cz\$ 1,76 bilhão com o apoio do Sistema BNDES — o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e sua subsidiária BNDES Participações S.A. (BNDESPAR). Este apoio, no total de Cz\$ 1,37 bilhão, consiste na concessão de financiamento à A.G. Cruz Importadora e Exportadora, controladora da Chovisa, e na participação da BNDESPAR no capital da empresa.

O financiamento concedido pelo BNDES à A.G. Cruz, através de repasse pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

(Bandes), é de Cz\$ 718,45 milhões. A BNDESPAR, por sua vez, irá subscrever 72.544.900 ações preferenciais ao portador, até o valor de Cz\$ 653,7 milhões, passando a deter 28,17% do capital total da Chovisa. Os Cz\$ 387,7 milhões necessários para alcançar o limite do novo capital da empresa serão integralizados pela A.G. Cruz com recursos próprios.

Considerada uma empresa líder no setor moedor de cacau, a Chocolates Vitória S.A. está localizada nos arredores de Vitória, no Espírito Santo. Em 1987, atingiu um faturamento de US\$ 84 milhões, divididos em partes

iguais entre o mercado interno e externo. Com o aumento de capital que está promovendo, a Chovisa irá concluir a implantação do projeto visando aumentar em 50% a capacidade da moagem de cacau, passando dos atuais 60 mil sacos/mês para 90 mil, isto é, cerca de 5.400 toneladas/mês.

A produção da empresa está dividida em cinco linhas distintas — líquido, manteiga, torta, pó e chocolate — e toda ela é elaborada a partir do processamento da amêndoa de cacau. Detentora de moderna tecnologia, a Chovisa atualmente direciona para o mercado americano sua estratégia de vendas externas.

Financiamentos a acionistas da Douat

O BNDES vai participar do aumento de capital da empresa Metalúrgica Douat, de Joinville, Santa Catarina, por meio da concessão de garantia de subscrição, em oferta pública, de até 26.666.660 ações preferenciais, ao preço unitário de Cz\$ 1,50, no montante de até Cz\$ 39.999.990,00.

O BNDES aprovou também um financiamento, no valor de até Cz\$ 42 milhões, ao Banco Re-

gional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e à Fator S.A. Corretora de Valores e Câmbio, assim distribuído: 1 — até Cz\$ 6 milhões para financiamento da integralização de até 4 milhões de ações preferenciais da Metalúrgica Douat; 2 — até Cz\$ 21 milhões para financiamento, por repasse, a acionistas e controladores da empresa, para subscrição e integralização de até 14 milhões de ações ordinárias; e 3 — até Cz\$ 15 milhões para finan-

ciamento, por repasse, a acionistas minoritários e/ou investidores em geral, todos pessoas físicas, para subscrição e integralização de até 10 milhões de ações preferenciais.

Constituída em 1950, a Metalúrgica Douat produz peças em ferro fundido (em especial componentes de compressores) e artigos em aço inoxidável (como cubas e pias para cozinha residencial e comercial).

LIXO URBANO — O BNDES aprovou a concessão de financiamento no valor de cerca de Cz\$ 48 milhões para a construção de uma usina de reciclagem e industrialização do lixo urbano no município de Pelotas (RS). A usina terá capacidade para processar 150 toneladas de lixo por dia e será operada pelo Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (Sanep).

Um crédito de aproximadamente Cz\$ 50 milhões foi concedido pelo Banco também para a construção de uma usina de lixo urbano no município capixaba de Serra. A capacidade de da usina é de 80 toneladas/dia. Em novembro último o BNDES concedeu financiamento de Cz\$ 90 milhões à Prefeitura de Vitória para a instalação de uma usina na capital do Espírito Santo.

CERÂMICA — A empresa catariense Indústria e Comércio de Cerâmica S.A. (Incocesa) recebeu um financiamento do BNDES no valor de Cz\$ 150 milhões para ampliar sua capacidade de produção de azulejos 15x15 dos atuais 350.000 m² por mês para 700.000 m². O crédito, concedido à conta do Programa de Operações Conjuntas (POC), será repassado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

NAVIO — O BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira de cerca de Cz\$ 50 milhões à empresa Alves e Rodrigues Ltda., de Belém do Pará, para adquirir uma embarcação de 150 TPB, destinada ao transporte de passageiros e carga na Amazônia. O crédito foi concedido com recursos do Fundo da Marinha Mercante, à conta do Programa para Transporte Hidroviário Interior e de Passageiros na Bacia Amazônica. A embarcação deverá ser construída pela Empresa Técnica Nacional S.A. (ETN).

INFORMATIZAÇÃO — O BNDES concedeu financiamento não reembolsável de Cz\$ 18 milhões ao Governo de Sergipe para a execução do processo de informatização do sistema penitenciário sergipano. O projeto possibilitará o controle eficiente da vida prisional da população carcerária e proporcionará maior rapidez na concessão dos benefícios legais, evitando que os condenados continuem presos após terem cumprido suas penas. Denominado "Infopen", o projeto foi desenvolvido por encomenda da Secretaria de Segurança do Governo do Distrito Federal e doado posteriormente ao Ministério da Justiça, para ser adotado em todas as Unidades da Federação.

PRÊMIO — O ex-ministro do Planejamento João Sayad está presidindo a comissão julgadora do 12º Prêmio BNDES de Economia, ao qual concorrem 30 teses de mestrado. O vencedor receberá um prêmio em dinheiro — no valor de 300 OTN — e terá seu trabalho publicado em livro. O segundo e o terceiro colocados receberão, respectivamente, 150 e 75 OTN.

BNDES desembolsa no 1º trimestre Cz\$ 77 bilhões: crescimento de 20%

Os desembolsos do Sistema BNDES no primeiro trimestre deste ano totalizaram Cz\$ 77 bilhões, num aumento real (isto é, descontada a inflação) de 20% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram de Cz\$ 13,9 bilhões. Os desembolsos no mês de março chegaram a Cz\$ 33 bilhões, representando um aumento real de 15% em relação a março de 1987, quando os recursos liberados foram de Cz\$ 6,3 bilhões.

As aprovações de projetos no primeiro trimestre representaram um valor global de Cz\$ 182 bilhões, o que significou um crescimento real de 155% em relação ao primeiro trimestre de 1987 (Cz\$ 16,3 bilhões). Em março o valor relativo às aprovações foi de Cz\$ 43,5 bilhões (crescimento real de 29% em relação aos Cz\$ 7,4 bilhões de março do ano passado).

As prioridades concedidas (solicitações de apoio financeiro acolhidas pela Comissão de Prioridades) atingiram no trimestre um valor de Cz\$ 223 bilhões — um crescimento real de 90% em relação ao período de janeiro a março do ano passado (Cz\$ 28,4 bilhões). Em março as prioridades totalizaram Cz\$ 41,4 bilhões, numa queda real de 39% em comparação com os Cz\$ 15 bilhões de março de 1987.

As consultas recebidas (pedidos de recursos encaminhados ao BNDES) alcançaram Cz\$ 177,6 bilhões de janeiro a março deste ano. Este valor representa uma queda real de 6% em comparação com o mesmo período do ano passado, quando as consultas somaram Cz\$ 39,7 bilhões. As consultas recebidas em março totalizaram Cz\$ 92,2 bilhões, o que corresponde a um aumento real de 59% em relação ao montante de consultas recebidas em março do ano passado (Cz\$ 12,8 bilhões).

Os desembolsos da FINAME (subsidiária do BNDES para financiamento de máquinas e equipamentos) cresceram 39% no primeiro trimestre de 1988: foram liberados Cz\$ 33,6 bilhões, enquanto de janeiro a março de 1987 as liberações alcançaram um total de Cz\$ 5,3 bilhões. Os desembolsos da FINAME em março foram de Cz\$ 14,7 bilhões, num crescimento real de 34% em comparação com os Cz\$ 2,4 bilhões liberados em março de 1987.

1) LIBERAÇÕES				Cz\$ Milhões		
DISCRIMINAÇÃO	Jan/Mar 1987	Jan/Mar 1988	Variação real (%)	Março 1987	Março 1988	Variação real (%)
AP-I	1.170,8	7.507,4	44	740,5	2.813,4	-16
• Mineração e Metalurgia.....	748,6	2.309,8	-26	465,7	407,4	-81
• Química e Petroquímica.....	258,5	2.663,7	136	217,0	1.512,7	54
• Bens de capital e indústrias tradicionais.....	163,7	2.533,9	205	57,8	893,3	242
AP-II	2.428,6	7.885,6	-31	1.468,5	4.403,2	-34
• Energia.....	448,3	2.226,9	7	366,6	2.009,2	21
• Infra-estrutura.....	1.980,3	5.658,7	-38	1.101,9	2.394,0	-52
AP-III						
• Pequenas e médias empresas.....	2.972,3	10.279,0	-28	1.100,5	4.424,0	-11
AP-IV	190,7	2.711,6	198	152,6	2.447,3	255
• Agricultura.....	190,7	2.605,3	183	152,6	2.447,3	255
• Aplicações sociais.....	0,0	106,3	-	0,0	0,0	-
AP/AA						
• Planejamento/Administração.....	1,1	1,3	-71	0,7	0,0	-
AP/DEMEC						
• Mercado de capitais.....	26,9	1.111,8	874	0,0	13,9	-
BNDESPAR	252,8	3.276,4	188	121,5	1.923,2	250
FINAME	5.333,7	33.676,7	39	2.437,4	14.736,4	34
• Especial.....	1.815,1	7.441,0	-11	953,9	3.913,3	-9
• Automático.....	3.518,6	26.235,7	63	1.483,5	10.823,1	61
TOTAL ORDINÁRIOS	12.376,9	66.449,8	17	6.021,7	30.761,4	13
FINSOCIAL/PROCERA	104,5	1.863,9	333	26,3	139,1	17
FMM.....	791,2	6.545,5	66	93,0	1.794,4	327
PROÁLCOOL.....	17,3	24,4	-57	16,9	0,0	-
CONSERVE.....	9,6	157,8	280	3,2	0,0	-
JARI.....	362,1	1.744,6	-7	0,0	0,0	-
OUTROS.....	317,4	401,5	-74	187,0	330,0	-61
TOTAL VINCULADOS	1.602,1	10.737,7	40	326,4	2.263,5	54
TOTAL	13.979,0	77.187,5	20	6.348,1	33.024,9	15

2) CONSULTAS, PRIORIDADES E APROVAÇÕES				Cz\$ Milhões		
DISCRIMINAÇÃO	Jan/Mar 1987	Jan/Mar 1988	Variação real (%)	Março 1987	Março 1988	Variação real (%)
CONSULTAS RECEBIDAS	39.739,8	177.660,4	-6	12.846,1	92.271,4	59
PRIORIDADES CONDEDIDAS	28.439,9	223.266,6	90	15.047,6	41.432,9	-39
APROVAÇÕES	16.326,1	182.167,8	155	7.452,7	43.543,0	29
• REC. ORDINÁRIOS.....	15.696,0	180.194,7	162	7.174,0	42.185,5	30
• REC. VINCULADOS.....	630,1	1.973,1	-34	278,7	1.357,5	8

EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DO BNDES, MÁRCIO FORTES, DIA 19.4.88, NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM BRASÍLIA, SOBRE A OPERAÇÃO DE VENDA DE AÇÕES DA ARACRUZ PELO SISTEMA BNDES.

1) A ARACRUZ CELULOSE S.A. é uma empresa privada brasileira, cujo principal objetivo é a produção e exportação de celulose branqueada de eucalipto como matéria-prima para a fabricação de variados tipos de papéis.

2) Fundada em 1972, com a implantação da unidade industrial em 1975 e em operação comercial desde 1979, a ARACRUZ está localizada no litoral Norte do Estado do Espírito Santo, onde o empreendimento obedece a uma concepção integrada, com floresta própria, fábrica de celulose, plantas eletroquímicas, porto e um bairro residencial para funcionários.

3) A empresa opera com elevado nível de eficiência, reconhecida internacionalmente, e exporta hoje cerca de 70% de sua produção, figurando entre as maiores indústrias geradoras de divisas do País.

4) No mercado interno a ARACRUZ tem uma participação de 40% da produção de celulose, competindo com grandes empresas entre as quais se destacam a CENIBRA (associação da CVRD com capitais japoneses), RIOCELL (grupo Klabin e outros) e o Projeto Jari (Grupo Caemi e outros). Considerando o universo das empresas de papel e celulose instaladas no País, em número superior a 190 estabelecimentos, a ARACRUZ responde por 14% da produção nacional.

5) A ARACRUZ, desde a sua fundação, tem o Sistema BNDES como acionista minoritário. Ao se constituir a empresa o BNDES detinha 39% do seu capital, com 41% das ações ordinárias e 37% das preferenciais. Capitais privados brasileiros e internacionais detinham a maioria

e estavam divididos pelos Grupos Lorentzen, Moreira Salles, Souza Cruz e Billerud.

6) Um Acordo de Acionistas celebrado em 1975 dava ao Sistema BNDES poderes especiais de gestão, que se diluíram ao longo do tempo. Estabelecia, também, entre os sócios, compromissos vários entre os quais figuravam o de atender a chamadas de capital para investimentos, a solidariedade na busca de financiamentos externos e a obrigação de administrar a empresa dentro de parâmetros estritamente profissionais.

7) O Acordo, ainda hoje em vigor, estabelecia normas destinadas a manter a estabilidade da empresa dando aos acionistas direito de preferência para a aquisição de ações ordinárias que viessem a ser oferecidas à venda. O mesmo Acordo também já previa a abertura de capital da empresa e sua entrada nas Bolsas de Valores.

8) Referido Acordo foi assinado quando a ARACRUZ ainda não se viabilizara, bem antes da produção da primeira tonelada de celulose. A coesão dos sócios e o elevado profissionalismo com que se implantou o projeto afastaram as dúvidas que então existiam e transformaram a ARACRUZ em um grande sucesso agrícola, industrial e comercial.

9) Em 1985 o Sistema BNDES deu início a um processo que visava a redução de sua participação no capital da ARACRUZ. Os objetivos que nortearam o apoio societário à empresa já estavam atingidos em janeiro de 1985 e assim é que se procedeu à abertura do capital da empresa e à venda de 8% do seu capital em Bolsa, representado por ações

preferenciais. A operação teve a aprovação de todos os acionistas da ARACRUZ e foi amplamente divulgada. A oferta pública destas ações foi liderada por 23 sociedades corretoras e compareceram ao leilão 42 corretoras licitantes, tendo sido uma das maiores operações realizadas em pregão das Bolsas brasileiras. O produto desta venda alcançou o montante de US\$ 31 milhões, o que, em tese, significa atribuir ao valor do capital total da empresa o equivalente a US\$ 400 milhões. Parte substancial do investimento feito na companhia foi recuperado pelo Sistema BNDES naquele leilão.

10) Após a abertura do capital em 1985 o Sistema BNDES manteve ainda em sua carteira 31% do capital da ARACRUZ. A posição do Banco, inalterada até hoje, representa 40,9% das ações ordinárias e 20,1% das ações preferenciais.

11) Os acionistas privados detêm hoje 69,1% do capital da ARACRUZ (59,1% das ações ordinárias e 79,8% das ações preferenciais) e dos fundadores continuam participando da empresa os Grupos Souza Cruz, Lorentzen e Billerud, tendo o Grupo Safra assumido a participação anteriormente detida pelo Grupo Moreira Salles. Uma parcela de 21% do capital da empresa está pulverizada por força da abertura de capital de 1985. Essas ações em poder do público correspondem a 4,4% das ordinárias e 40,3% das preferenciais.

12) Nos estudos técnicos, elaborados pelos quadros profissionais regulares do Sistema BNDES, e nas análises políticas que cercaram a decisão de se reduzir gradativamente a presença do Banco no capital da ARA-

CRUZ, ficou clara a necessidade da celebração de um novo Acordo de Acionistas, de difícil negociação. É que a venda de ações do BNDES se realizada nos termos do Acordo de 1975 poderia implicar em ampliação da presença do capital estrangeiro representado pelos Grupos Souza Cruz e Billerud, candidatos naturais à aquisição do que viesse a ser vendido.

13) O perigo da desnacionalização da empresa também existiria caso ocorresse uma pulverização do capital votante. Esta desnacionalização, além dos inconvenientes políticos evidentes, resultaria na configuração da ARACRUZ como empresa de controle de capital estrangeiro o que impediria a duplicação da sua capacidade produtiva, nos termos ora previstos. É que esta duplicação, com investimentos orçados em US\$ 1,1 bilhão, não mais poderia ter o apoio do principal agente financiador de recursos de longo prazo do País, o BNDES, que estaria impedido de assim operar por força da Lei nº 4.131/62.

14) Os estudos do Sistema BNDES foram estimulados pelo programa de desestatização de empresas determinado pelo Presidente José Sarney como parte significativa de seu programa de Governo. Em cumprimento a este programa o Sistema BNDES já promoveu a desestatização de quatro empresas anteriormente sob o seu controle e, inclusive, já promoveu dois leilões em Bolsa como meio para realizar o objetivo. A meta da instituição é promover a desestatização de todas as suas empresas controladas ainda em 1988, devendo ser registrado que existem dois processos em curso com Edital publicado, aí se incluindo a própria ARACRUZ.

EXPOSIÇÃO À CÂMARA

(Conclusão)

15) No caso da ARACRUZ, em que o Sistema BNDES não tem o controle acionário, foi negociado um novo Acordo de Acionistas que já está assinado, mas entrará em vigor em 3 de maio, data prevista para o leilão das ações. Com vigência para 20 anos o novo Acordo mantém o espírito básico que os acionistas assinaram em 1975, principalmente no que toca a compromissos de investimentos e normas profissionais de gestão da empresa.

16) O novo Acordo inova substancialmente ao limitar em 26,225% o máximo de capital votante que qualquer acionista poderá dispor, e cancela o direito de preferência entre acionistas para a compra de ações ordinárias. Inova também ao atribuir ao Sistema BNDES, mesmo em posição acionária menor, poderes especiais de moderador das relações entre os sócios e de guardião de todo o processo de expansão e consolidação do empreendimento.

17) Ressalte-se que o novo Acordo assegura a permanência do controle da empresa em mãos de capitais privados nacionais. Vale registrar que a concordância de todos ao novo esquema foi uma exigência do BNDES, formalizada em agosto de 1987, que a colocou como condição prévia para seu apoio, como financiador do programa de expansão da ARACRUZ.

18) Este programa de expansão, um dos maiores do setor em todo o mundo, terá repercussões significativas em toda a economia brasileira e muito especialmente na economia do Estado do Espírito Santo pela ampliação da oferta de empregos diretos e indiretos, pela geração de impostos municipais, estaduais e federais e pela geração de divisas.

19) A operação que o BNDES vai realizar no próximo dia 03 de maio, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, é o resultado de um longo planejamento.

20) A atual operação de venda vem sendo desenvolvida dentro de uma política de livros abertos, com total transparência. O Edital de Pré-Qualificação foi publicado em mais de 30 grandes jornais e nas principais revistas do País, em 23 de fevereiro. Com a publicação do Edital o Sistema BNDES colocou à disposição das empresas interessadas, dos analistas econômicos e das lideranças políticas, as informações complementares que fossem julgadas necessárias. A diretoria da ARACRUZ também se colocou à disposição para, no que lhe coubesse, ampliar a gama de informações oferecidas à opinião pública.

21) O resultado da fase de Pré-Qualificação também foi amplamente divulgado com a publicação do Edital para Ofertas de Preço que havia sido previsto para a operação. Esta nova publicação, com data de 6 de abril revelou que oito grupos empresariais nacionais se qualificaram para disputar na Bolsa do Rio de Janeiro, no leilão de 3 de maio, a compra de 26,225% do capital votante da ARACRUZ.

22) O receio de que as ações oferecidas fossem disputadas por grupos com presença já expressiva no setor de celulose e papel revelou-se infundado ao se divulgarem os nomes dos grupos qualificados que foram: Grupo Camargo Correia, Grupo Iochpe, Grupo Odebrecht, Grupo Votorantim, Grupo Caemi, Grupo Safra, Grupo Andrade Gutierrez e uma associação dos Grupos Banco da Bahia e Icatú (Almeida Braga).

23) O processo decidido para a venda das ações teve longa maturação no Sistema BNDES, onde vem sendo estudado há três anos. Além dos objetivos já citados, o esquema adotado visa a atender os programas estratégicos do BNDES e suas necessidades de apoio a outros projetos de longa maturação.

24) Como conseqüência do processo comercial consolidado com a celebração do novo Acor-

do de Acionistas, determinou-se a venda de um único lote a ser adquirido por um único investidor nacional de grande porte ou associação de investidores nacionais. O adquirente aderirá, obrigatoriamente, ao novo Acordo de Acionistas já assinado pelos sócios da ARACRUZ, bem como aos contratos de empréstimos celebrados com o BNDES, comprometendo-se assim, a realizar significativos investimentos adicionais dentro do programa de expansão da empresa.

25) O Sistema BNDES decidiu oferecer ao adquirente a possibilidade de pagar a prazo 70% do preço do lote. O preço acertado será corrigido monetariamente e sobre o saldo devedor incidirá o juro de 12% ao ano. Os 30% que obrigatoriamente serão à vista deverão ser integralizados em 5 dias a contar da data do leilão. Ressalte-se que o valor mínimo estabelecido para as ações se traduz em uma avaliação de cerca de US\$ 115 milhões para o total do lote e de US\$ 35 milhões para a parte a ser paga à vista. O Sistema BNDES acredita que esses valores serão superados no leilão. Deve ser registrado que o preço mínimo fixado significa, em tese, atribuir ao capital total da ARACRUZ um valor equivalente a US\$ 840 milhões, o que é significativamente superior ao valor do seu patrimônio líquido que alcançava US\$ 455 milhões em 31 de dezembro de 1987. Verifica-se, assim, que esta operação de venda de ações gerará um lucro expressivo para o Sistema BNDES.

26) A opção, pela venda à prazo, tem como princípio básico a ampliação do número de candidatos nacionais a participar do capital votante do empreendimento de celulose mais lucrativo do País, ao tempo em que permite uma maior valorização do preço pelo qual podem ser vendidas as ações. Este princípio tem sido utilizado, com sucesso, em praticamente todas as operações de desestatização promovidas pelo Sistema BNDES, valendo registrar que, no caso específico da ARACRUZ, o valor da parcela a ser paga à vista é altamente expressivo. Só o lan-

ce mínimo representará um ingresso de US\$ 35 milhões, que devem ser pagos em cinco dias, contados do leilão.

27) Nos Editais publicados o Sistema BNDES reafirmou sua intenção de também vender ações preferenciais da ARACRUZ de sua propriedade, permitindo uma ampla pulverização do capital da companhia junto a milhares de investidores e criando novos estímulos ao mercado bursátil. Sugestões vindas de lideranças políticas no Congresso Nacional para que essa venda se processasse em curto prazo e em grande volume já estão sendo avaliadas pelo Sistema BNDES em caráter de urgência, à luz de experiências recentes de que participou o Banco. Neste sentido, o corpo técnico do Sistema BNDES elaborou documento que norteará a tomada de decisão da Diretoria da instituição sobre o assunto.

28) A equipe técnica concluiu em seu estudo, que a operação de pulverização, previamente prevista para ser realizada em Bolsa de Valores, apresentaria um inconveniente fundamental: a venda em Bolsa não propicia, para o caso da ARACRUZ, meios eficazes de se evitar compras maciças por poucos investidores, frustrando o objetivo de pulverização.

29) O documento que instruirá a tomada de decisão por parte da Diretoria do Sistema BNDES recomenda a oferta da totalidade das ações preferenciais, em lote máximo de 1.000 ações por investidor, a ser realizado pelo sistema de distribuição de valores mobiliários, ao preço de 75% daquele que vier a ser apurado para a ação ordinária no leilão de 3 de maio de 1988. É recomendado também que o BNDES coloque à disposição dos investidores interessados, linha de crédito, à semelhança do PROCAP (Programa do BNDES para Capitalização da Empresa Privada Nacional), para financiar até 70% da operação, pelo prazo de até cinco anos, com carência de até 6 meses, com taxa de juros de 10% ao ano acima da correção monetária.